

Como um superpetroleiro de grande tonelagem. Exatamente assim é a economia das nações e não seria o caso de incluir o Brasil, a despeito de todos os seus problemas de desenvolvimento, na categoria dos barcos ligeiros. Correções de rumo devem ser feitas com grande antecedência para evitar colisões, ou simplesmente desvios indesejáveis de rota, com os custos posteriores.

Como estamos mais perto da virada do semestre que do início do ano, deve-se portanto questionar se estão sendo ou foram tomadas as medidas necessárias para que não se produzam cenários pessimistas, tanto no plano interno quanto externo.

O foco mais importante de atenções neste momento continua a ser o comércio exterior e o desempenho da balança de pagamentos, pois isso irá determinar o comportamento da comunidade financeira internacional e um reajustamento mais ou menos doloroso da economia doméstica.

Para chegarmos ao final do ano com um quadro de discreta renegociação das nossas dívidas externas será necessário que se cumpra a meta dos 6 bilhões de dólares de superávit na balança comercial, com a contenção dos gastos de petróleo abaixo de 8 bilhões de dólares e outras importações não distantes de um teto de 9 bilhões. Ainda assim seremos obrigados a captar no exterior cerca de 15 bilhões de dólares, para cobrir uma conta de juros estimada em 9 bilhões. Fora desse cenário otimista teremos de recorrer a volumes ainda maiores de financiamento e é fácil imaginar os efeitos de retaguarda se isso significar algo como 20 bilhões.

Navios de grande calado não se dirigem apenas a partir da casa de máquinas. Não é velocidade e quantidade de combustível o que determina o curso, mas a ponte de comando. Deve-se portanto indagar se neste momento a cúpula política do Governo está consciente de toda a carga de responsabilidades que pesa sobre os seus ombros, e se está disposta a deixar para as gerações futuras um passado elogiável.

Que avaliações, por exemplo, fará ou terá feito o Presidente da República de seu papel na história brasileira contemporânea? Sua Excelência poderia considerar seu papel na História política do país como cumprido a partir do momento em que garantiu ou facilitou a abertura para a redemocratização. Uma imagem austera que ele e seus Ministros transmitam à nação até o fim do seu mandato seria, portanto, largamente compensada pela imagem de

restauradores de um processo perdido ao longo do pesadelo do autoritarismo posterior a 1964.

Colocado em perspectiva, o processo de abertura política não significa apenas garantir eleições e a posse de Governos eleitos democraticamente. Se a herança que for transmitida às novas lideranças for uma economia em desordem, então fatalmente teremos um novo processo regressivo onde a memória do povo por certo será impressionada e registrará o que recebeu. Como na ponte de comando de um superpetroleiro, o que está em jogo agora é a correção ou as correções de rumo necessárias para que a conta do ajustamento seja melhor compreendida pela sociedade. Quem irá assumir essa conta se ela for mal-articulada e malpreparada? E que novos custos teremos de arcar vis-à-vis o sistema financeiro internacional?

Para preparar a virada do semestre é preciso uma série de medidas e ingredientes, nem todos de fácil digestão popular ou política. A inflação continua como um dos maiores problemas, e ela não será controlada se não houver um firme freio na expansão da base monetária. O que pode ser feito hoje em áreas mais fáceis de cortar, como os subsídios, deveria também ser feito. Por certo o povo também entenderia se uma vigorosa linguagem política lhe levasse uma mensagem de mais rigor ainda na contenção dos gastos de petróleo. E o mesmo se aplica aos gastos públicos em geral. A dívida pública, por exemplo, chegou a um patamar intolerável para a saúde do país.

Há algo, na verdade, que paira acima dos interesses políticos ou de facções, e que nem sempre tem sido levado na devida conta: trata-se do sentimento de unidade nacional. Se for preciso cortar mais 1 bilhão de dólares na conta de petróleo, por que não levar simplesmente o problema ao povo, discutir o assunto no Congresso e pedir a cooperação geral?

A restauração da confiança dos empresários em seu próprio destino, no destino dos seus negócios e do próprio país depende também de como as autoridades pratiquem a política monetária. O Governo deveria dar mais liberdade ao mercado e mais elasticidade ao *open market*.

Os riscos de um intervencionismo constante e progressivo são amplos e apenas contribuem para que cresçam economias paralelas onde tudo floresce, menos, naturalmente, um certo sentido de ordem e disciplina indispensáveis para a condução da vida nacional.